



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- www.crea-rs.org.br

## DECISÃO

Processo nº 2021020381

**Decisão N.:** PL/RS- 124/2022

**Sessão:** Plenária Ordinária n.º 1828

**Data:** 24 de junho de 2022.

**Interessado:** Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário - CAPR

**Referência:** Processo n.º 2021020381

**Ementa:** Conhece o recurso do autuado para, no mérito, negar-lhe provimento.

**O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - CREA-RS,** apreciando o processo em epígrafe que trata de recurso interposto ao Plenário pelo interessado, autuado mediante Auto de Infração por PRATICAR ATOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAL HABILITADO, ENGENHEIRO CIVIL, AO EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO DE EVENTOS, COM ÁREA DE 590,00M<sup>2</sup>, COM ESTRUTURAS EM AÇO GALVANIZADO EM ARCO E COBERTURA COM LONA ESTRUTURADA TENSIONADA, COM BLACKOUT, NA RUA MONSENHOR VITOR BATTISTELLA, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 887699/2019MTUR/ CAIXA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE TAQUARUÇU DO SUL; SEM ESTAR HABILITADO AO EXERCÍCIO DESTA PROFISSÃO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 5.194/66, VISTO QUE, SE ENCONTRA, DESDE 01/01/2014, COM SEU REGISTRO CANCELADO NO CREA-RS, E ESTAR EXECUTANDO A OBRA COM A REAL E EFETIVA PARTICIPAÇÃO DO ENG. CIVIL HÉLIO JOSÉ POLLASTRINI PISTELLI, CONFORME COMPROVADO NAS ART Nº. 11080422, segundo os termos descritos pelo serviço de fiscalização do Conselho e, **considerando** que o supracitado processo foi objeto de análise pela **Comissão de Análise de Processos de Recurso ao Plenário (CAPR)**, organismo instituído pela Decisão n. PL/RS-196/2012, de 9 de novembro de 2012, em sua 1ª Reunião do ano de 2022, transcorrida no dia 10 de março de 2022, às 14h por videoconferência, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, **DECIDIU**, por unanimidade, aprovar o relatório e voto fundamentado proferido pelo Conselheiro relator, **Marcelo Pelisoli Holz** nos seguintes termos: Considerando o art. 64 da Lei Federal nº 5.194/66, que dispõe: “Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 02 (dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida. Parágrafo único - O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos deste Artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta Lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares”; Considerando que a autuação atende ao disposto no art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de Infração e aplicação de penalidades, Considerando que a autuação foi lavrada por executar obras de construção da 2ª etapa do Centro de Eventos, com área de 590,00m<sup>2</sup>, com estruturas em aço galvanizado em arco e cobertura com lona estruturada tensionada, com blackout, na Rua Monsenhor Vitor Battistella, para atender ao contrato de repasse nº 887699/2019- MTUR/ Caixa, celebrado entre a União

Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Taquaruçu do sul; sem estar habilitado ao exercício desta profissão, nos termos da Lei Federal 5.194/66, visto que, se encontra, desde 01/01/2014, com seu registro cancelado no Crea-RS e estar executando a obra com a real e efetiva participação do eng. civil Hélio José Pollastrini Pistelli, conforme comprovado na ART nº. 11080422. Considerando que constam, nos autos, documentos que comprovam que efetivamente a pessoa jurídica autuada desenvolveu atividades que exigem registro no Crea, estando seu registro cancelado. Após análise do recurso apresentado doc. SEI n. 0683002, constata-se a regularização da empresa através do visto em certidão datado de 28/04/2021 a 20/06/21, Certidão Especial N. 34/2021. Considerando que a regularização foi posterior a autuação lavrada. Considerando o disposto no § 2º do art. 11 da Resolução do Confea nº 1008, de 2004, o qual estabelece que: "Lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais." **Voto:** O Auto de Infração é procedente e a penalidade deverá ser mantida. Contudo, considerando que após a lavratura do Auto de Infração o autuado regularizou o ilícito, perante o Conselho, aplique-se o benefício da redução de 50% (CINQUENTA POR CENTO), do valor da multa imposta prevista na Resolução do Confea vigente à época da autuação, cujos valores deverão ser atualizados até a data do efetivo pagamento. **Presidiu a votação a Presidente do Crea-RS, Engenheira Ambiental NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Adelir José Strieder, Alberto Stochero, Alexandre Zilmer, André Santana Stolaruck, Ari Borges dos Santos, Carlos Giovanni Fontana, Carlos Roberto Santos da Silveira, Cassiana Roberta Lizzoni Michelin, Cassiano Machado da Silva, Claudia Trindade Oliveira, Dorli Pereira da Silva, Eduardo de Brito Souto, Eduardo Noll, Fernando Luiz Carvalho da Silva, Guilherme Reisdorfer, Hilário Pires, Hilário Thevenet Filho, Ivone da Silva Rodrigues, Jerson José Spohr, João Luís de Oliveira Collares Machado, José Ubirajara Martins Flores, Juarez Morbini Lopes, Leandro Franco Taborda, Lélío Gomes Brod, Leonardo Gonçalves Cera, Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, Marcelo Zunino, Márcio Wrague Moura, Marco Antônio Fontoura Hansen, Marco Antônio Lhullier Moreira, Nelson Kalil Moussalle, Nilza Luiza Venturini Zampieri, Plínio Luiz Cerutti Júnior, Rogério Peracchia Machado, Roselaine Cristina Mignoni, Sandro Donato Pavanatto Cerentini, Tamara França Machado, Ubiratan Oro, Vulmar Silveira Leite, Adão Roberto Rodrigues Villaverde, Adriano Agnoletto de Oliveira, Airton José Monteiro, Alan Cardozo Pereira, Aldo Juliano Zamberlan Maraschin, Angelica de Oliveira Henriques, Ari Henrique Uriartt, Ariane Rebelato Silva dos Santos, Augusto Renato Ribeiro Damiani, Biane de Castro, Caroline Daiane Raduns, Cibele Rosa Gracioli, Claudio Akila Otani, Daisy Munhoz Goulart, Derli João Siqueira da Silva, Diogo Adriano Barboza, Edgar Bortolini, Edison Bisognin Cantarelli, Elisabete Gabrielli, Fernanda Pacheco, Fernando Martins Limongi, Flávio Thier, Gabriela Florindo Marques, Gelson Pelegrini, Gustavo Gottert Knies, Isabela Leal da Silva Cardoso, Jacob Ervino Dhein Lindener, Jorge Alberto de Souza Cunha, José Luiz Tragnago, Lauro Mário, Leandro Nunes de Souza, Luciano Roberto Grandó, Luiz Antônio Ratkiewicz, Marcelino Hoppe, Marcelo Suarez Saldanha, Marco Antônio Machado, Marino José Greco, Matheus Stapassoli Piato, Nelson Agostinho Burille, Orlando Pedro Michelli, Paulo Ricardo Facchin, Paulo Rigatto, Rafael Luciano Dalcin, Regis Sivori Silva dos Santos, Renata Farias Oliveira, Rene Reinaldo Emmel Junior, Ricardo Girardi, Ricardo Teobaldo Antoniazzi, Rodrigo Sanchotene Thoma, Ronaldo Hoffmann, Roque Rutili, Talles Soares Rosa, Thierry Moraes da Rosa Silva, Vilson Antônio Klein, Vinicius Leônidas Curcio e Vitor Jorge Dabull Righi.

Cientifique-se e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA BEATRIZ PEREIRA VELHO, Apoio Administrativo**, em 15/08/2022, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 15/08/2022, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **1132664** e o código CRC **F8224CEF**.

---

**Referência:** Processo nº 2021020381

SEI nº 1132664

Local: Porto Alegre